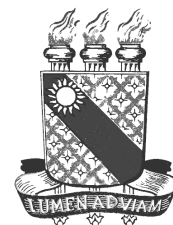




Prefeitura Municipal de Amontada
Universidade Estadual do Ceará – UECE
Comissão Executiva do Vestibular - CEV

Concurso Público de Provas e Títulos e de Provas para Provimento de Cargos Efetivos do Quadro de Pessoal Permanente do Poder Executivo do Município de Amontada e Formação de Cadastro de Reserva
Edital Nº 01/2015 – PMA, 04 de dezembro de 2015



PROVA OBJETIVA PARA O CARGO DE PROCURADOR AUTÁRQUICO

DATA DA APLICAÇÃO: 08 DE MAIO DE 2016

DURAÇÃO: 3 HORAS E TRINTA MINUTOS

Após receber o seu **cartão-resposta**, copie, nos locais apropriados, uma vez com **letra cursiva** e outra, com **letra de forma**, a seguinte frase:

O otimismo reforça a esperança.

ATENÇÃO!

Este Caderno de Prova contém:

- Língua Portuguesa – 10 questões;
- Conhecimentos Específicos – 40 questões.

NÚMERO DO GABARITO

Marque, no local indicado na folha de respostas, o número 2, que é o número do gabarito deste caderno de prova. Essa informação também se encontra no rodapé de cada página.

Ao sair definitivamente da sala, o candidato deverá assinar a folha de presença e entregar ao fiscal de mesa:

- a FOLHA DE RESPOSTAS preenchida e assinada;
- o CADERNO DE PROVA.

IMPORTANTE!

- SERÁ ATRIBUÍDA NOTA ZERO, NA PROVA, AO CANDIDATO QUE NÃO ENTREGAR SUA FOLHA DE RESPOSTAS.
- OUTRAS INFORMAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DESTA PROVA ENCONTRAM-SE NO VERSO DESTA PÁGINA.

LEIA COM ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

1. A Prova Objetiva, com duração de 3 horas e 30 minutos, contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha.
2. O candidato deverá examinar se o seu caderno de prova está completo ou se há falhas ou imperfeições gráficas que causem qualquer dúvida. A CEV poderá não aceitar reclamações após 30 minutos do início da prova.
3. A folha de respostas será o único documento válido para a correção da prova. Ao recebê-lo, o candidato deverá verificar se o seu nome e o número de sua inscrição estão corretos. Se houver discrepância, comunique imediatamente ao fiscal de sala.
4. A folha de respostas não deverá ser dobrada ou amassada para que não seja rejeitada pela leitora óptica.
5. Após receber a folha de respostas, o candidato deverá ler as instruções nela contidas e seguir as seguintes rotinas:
 - a) copiar, no local indicado, duas vezes, uma vez com **letra cursiva** e outra, com **letra de forma**, a frase que consta na capa do caderno de prova;
 - b) marcar, na folha de respostas, pintando completamente, com **caneta transparente de tinta azul ou preta**, o interior do círculo correspondente ao número do gabarito que consta no caderno de prova;
 - c) assinar a folha de respostas 2 (duas) vezes.
6. As respostas deverão ser marcadas, na folha de respostas, seguindo as mesmas instruções da marcação do número do gabarito (item 5 b), indicando a letra da alternativa de sua opção. É vedado o uso de qualquer outro material para marcação das respostas. Será anulada a resposta que contiver emenda ou rasura, apresentar mais de uma alternativa assinalada por questão, ou, ainda, aquela que, devido à marcação, não for identificada pela leitura eletrônica, uma vez que a correção da prova se dá por meio eletrônico.
7. O preenchimento de todos os campos da folha de respostas da Prova Objetiva será da inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
8. Será eliminado do Concurso o candidato que se enquadrar, dentre outras, em pelo menos uma das condições seguintes:
 - a) não marcar, na folha de respostas, o número do gabarito de seu caderno de prova, desde que não seja possível a identificação de tal número;
 - b) não assinar a folha de respostas;
 - c) marcar, na folha de respostas, mais de um número de gabarito, desde que não seja possível a identificação do número correto do gabarito;
 - d) fizer, na folha de respostas, no espaço destinado à marcação do número do gabarito de seu caderno de prova, emendas, rasuras, marcação que impossibilite a leitura eletrônica, ou fizer sinais gráficos ou qualquer outra marcação que não seja a exclusiva indicação do número do gabarito de seu caderno de prova.
9. Para garantia da segurança, é proibido ao candidato copiar o gabarito em papel, na sua roupa ou em qualquer parte de seu corpo. No entanto, o **gabarito oficial preliminar** e o **enunciado das questões da prova** estarão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.uece.br/cev> a partir das 14 horas do dia 09 de maio de 2016 e a **imagem completa do seu cartão-resposta** estará disponível a partir do dia 17 de maio de 2016 no referido endereço eletrônico.
10. Qualquer forma de comunicação entre candidatos implicará a sua eliminação do Concurso.
11. Por medida de segurança, não será permitido ao candidato, durante a realização da prova, portar (manter ou carregar consigo, levar ou conduzir), dentro da sala de prova, nos corredores ou nos banheiros: armas, aparelhos eletrônicos (bip, telefone celular, smartphone, tablet, iPod, pen drive, mp3 player, fones de ouvido, qualquer tipo de relógio digital ou analógico, agenda eletrônica, notebook, palmtop, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, gravador, etc.), gravata, chaves, chaveiro, controle de alarme de veículos, óculos (excetuando-se os de grau), caneta (excetuando-se aquela fabricada em material transparente, de tinta de cor azul ou preta), lápis, lapiseira, borracha, corretivo, e outros objetos similares. Todos esses itens deverão ser acomodados em embalagem porta-objetos, disponibilizada pelo fiscal de sala, e colocados debaixo da carteira do candidato, somente podendo ser de lá retirados após a devolução da prova ao fiscal, quando o candidato sair da sala de prova em definitivo.
12. Bolsas, livros, jornais, impressos em geral ou qualquer outro tipo de publicação, bonés, chapéus, lenços de cabelo, bandanas ou outros objetos que não permitam a perfeita visualização da região auricular deverão ser apenas colocados debaixo da carteira do candidato.
13. Na parte superior da carteira ficará somente a caneta **transparente**, o documento de identidade, o caderno de prova e a folha de respostas.
14. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair do recinto juntos, após a aposição em ata de suas respectivas assinaturas; estando nessa condição, o candidato que se recusar a permanecer na sala de prova, no aguardo dos demais candidatos, será eliminado do Concurso, de acordo com o subitem **k** do item **6.19** do Edital que rege o Concurso.
15. O candidato, ao sair definitivamente da sala, deverá entregar a folha de respostas e o caderno de prova, assinar a lista de presença e receber seu documento de identidade, sendo sumariamente eliminado, caso não faça a entrega da folha de respostas. Em hipótese alguma será permitido ao candidato levar consigo o caderno de prova.
16. Os recursos relativos à Prova Objetiva deverão ser interpostos no site do Concurso, localizado a partir do endereço eletrônico <http://www.uece.br/cev>, das 08 horas do dia 10 de maio às 17 horas do dia 11 de maio de 2016.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto – Nós, os brasileiros

1 Uma editora europeia me pede que traduza
2 poemas de autores estrangeiros sobre o Brasil.
3 Como sempre, eles falam da floresta
4 Amazônica, uma floresta muito pouco real,
5 aliás. Um bosque poético, com “mulheres de
6 corpos alvíssimos espreitando entre os troncos
7 das árvores, [...]”. Não faltam flores azuis,
8 rios cristalinos e tigres mágicos.

9 Traduzo os poemas por dever de ofício,
10 mas com uma secreta – e nunca realizada –
11 vontade de inserir ali um grãozinho de
12 realidade.

13 Nas minhas idas (nem tantas) ao exterior,
14 onde convivi, sobretudo, com escritores ou
15 professores e estudantes universitários –
16 portanto, gente razoavelmente culta – fui
17 invariavelmente surpreendida com a profunda
18 ignorância a respeito de quem, como e o que
19 somos.

20 – A senhora é brasileira? Comentaram
21 espantados alunos de uma universidade
22 americana famosa. – Mas a senhora é loira!
23 Depois de ler, num congresso de
24 escritores em Amsterdã, um trecho de um dos
25 meus romances traduzido em inglês, ouvi de
26 um senhor elegante, dono de um antiquário
27 famoso, que segurou comovido minhas duas
28 mãos:

29 – Que maravilha! Nunca imaginei que no
30 Brasil houvesse pessoas cultas!

31 Pior ainda, no Canadá alguém exclamou
32 incrédulo:

33 – Escritora brasileira? Ué, mas no Brasil
34 existem editoras?

35 A culminância foi a observação de uma
36 crítica berlinense, num artigo sobre um
37 romance meu editado por lá, acrescentando, a
38 alguns elogios, a grave restrição: “porém não
39 parece um livro brasileiro, pois não fala nem
40 de plantas nem de índios nem de bichos”.

41 Diante dos três poemas sobre o Brasil,
42 esquisitos para qualquer brasileiro, pensei
43 mais uma vez que esse desconhecimento não
44 se deve apenas à natural (ou inatural)
45 alienação estrangeira quanto ao
46 geograficamente fora de seus interesses, mas
47 também a culpa é nossa. Pois o que mais
48 exportamos de nós é o exótico e o folclórico.

49 Em uma feira do livro de Frankfurt, no
50 espaço brasileiro, o que se via eram livros
51 (não muito bem arrumados), muita caipirinha
52 na mesa, e televisões mostrando carnaval,
53 futebol, praias e... matos.

54 E eu, mulher essencialmente urbana,
55 escritora das geografias interiores de meus
56 personagens eróticos, me senti tão deslocada
57 quanto um macaco em uma loja de cristais.

58 Mesmo que tentasse explicar, ninguém

59 acreditaria que eu era tão brasileira quanto
60 qualquer negra de origem africana vendendo
61 acarajé nas ruas de Salvador. Porque o Brasil
62 é tudo isso.

63 E nem a cor de meu cabelo e olhos, nem
64 meu sobrenome, nem os livros que li na
65 infância, nem o idioma que falei naquele
66 tempo, além do português, me fazem menos
67 nascida e vivida nesta terra de tão
68 surpreendentes misturas: imensa,
69 desaproveitada, instigante e (por que ter
70 medo da palavra?) maravilhosa.

(Lya Luft. *Pensar é transgredir*. Rio de Janeiro:
Record, 2009, pág. 49 – 51)

01. O ponto central comentado na crônica “Nós, os brasileiros” é

- A) o conteúdo explorado nos poemas traduzidos pela escritora.
- B) a imagem que se tem do Brasil no exterior é irreal e fantasiosa.
- C) o reconhecimento devotado à produção literária da autora no exterior.
- D) a culpa dos brasileiros por exportar o que há de exótico e folclórico em sua cultura.

02. Com base no discurso da autora e seus comentários, é correto afirmar que ela

- A) insere, sempre que possível, um pouco de realidade na tradução dos poemas.
- B) reconhece que foram muitas as vezes que foi ao exterior.
- C) revela-se tão brasileira quanto as negras baianas de origem africana.
- D) admite que suas características a tornam menos brasileira que os nativos.

03. Na frase: “A culminância foi a observação de uma crítica berlinense...” (linhas 35-36), o termo destacado exprime

- A) superioridade na relação de comparação com algo dito anteriormente.
- B) inferioridade na relação de comparação com algo dito anteriormente.
- C) igualdade na relação de comparação com algo dito anteriormente.
- D) divergência nas ideias, uma vez que sugere descontinuidade do que foi dito antes.

04. De acordo com o texto, a opção em que todos os termos estão associados semanticamente ao “Brasil” (e a tudo que dele se fala e se conhece) é

- A) poemas, romance, professores, livro, editora.
- B) carnaval, flores, floresta, escritores, inglês.
- C) caipirinha, flores, rios, estudantes, universidades.
- D) futebol, caipirinha, carnaval, rios, bichos.

05. Na frase: “Porque o Brasil é tudo isso”. (linhas 61-62), o pronome destacado

- A) amplia a informação sobre o país.
- B) resume reafirmando o que foi dito.
- C) anuncia algo que ainda vai ser dito.
- D) indica ordenação de ideias no texto.

06. A relação de ideias estabelecida nas orações está identificada corretamente em

- A) “Mesmo que tentasse explicar, ninguém acreditaria que eu era tão brasileira...” (linhas 58-59) – concessão
- B) “Traduzo os poemas por dever de ofício, mas com uma secreta – e nunca realizada – vontade de inserir ali um grãozinho de realidade.” (linhas 9-12) – causa.
- C) “...não parece um livro brasileiro, pois não fala nem de plantas nem de índios nem de bichos”. (linhas 38-40) – comparação
- D) “...me senti tão deslocada quanto um macaco em uma loja de cristais.” (linhas 56-57) – consequência

07. O pronome destacado pode ser substituído pelos termos em negrito entre parênteses, de forma a não alterar o sentido do texto, em

- A) “Nas minhas idas [...] ao exterior, onde convivi, sobretudo, com escritores...” (linhas 13 -14) – **(como)**
- B) “... nem o idioma que falei naquele tempo...” (linhas 65-66) – **(de que)**
- C) “... me fazem menos nascida e vivida nesta terra de tão surpreendentes misturas...” (linhas 66-68) – **(cuja)**
- D) “... ouvi de um senhor elegante, dono de um antiquário famoso, que segurou comovido minhas duas mãos...” (linhas 25-28) **(o qual)**

08. Sobre a sintaxe da frase “Nunca imaginei que no Brasil houvesse pessoas cultas!” (linhas 29-30), é correto afirmar que

- A) as duas orações não têm sujeito.
- B) a segunda oração funciona como objeto direto da primeira.
- C) o sujeito da segunda oração é “pessoas cultas”.
- D) o objeto indireto da primeira oração é “no Brasil”.

09. Assinale a opção em que as duas palavras foram formadas pelo mesmo processo de derivação.

- A) brasileiro, razoavelmente
- B) desconhecimento, amorosos
- C) incrédulo, alvíssimo
- D) desaproveitada, essencialmente

10. De acordo com sua classificação morfológica, é correto afirmar que o termo destacado na frase “... me fazem menos nascida e vivida nesta terra...” (linhas 66-67) é

- A) substantivo.
- B) adjetivo.
- C) advérbio.
- D) pronome.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. Assinale a opção que completa corretamente as lacunas do seguinte enunciado: “A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle _____¹, e pelo sistema de controle _____² de cada Poder”.

- A) interno¹; externo²
- B) interno¹; interno²
- C) externo¹; externo²
- D) externo¹; interno²

12. Os efeitos temporais da revogação e da anulação do ato administrativo são

- A) efeitos *ex nunc* e efeitos *ex tunc*, respectivamente.
- B) efeitos *ex nunc* em ambos os casos.
- C) efeitos *ex tunc* em ambos os casos.
- D) efeitos *ex tunc* e efeitos *ex nunc*, respectivamente.

13. Quanto à aplicação da teoria da imprevisão nos contratos administrativos, pode-se afirmar corretamente que o fato da administração

- A) ocorre quando determinação estatal, sem relação direta com o contrato administrativo, atinge-o de forma indireta, tornando sua execução demasiadamente onerosa ou impossível.
- B) corresponde a situações já existentes à época da celebração do contrato, mas passíveis de ser descobertas apenas durante sua execução, causando desequilíbrio ao contrato.
- C) equivale à definição de força maior ou caso fortuito.
- D) é a ação ou omissão do Poder Público contratante que atinge diretamente o contrato, inviabilizando ou retardando seu cumprimento ou tornando-o exageradamente oneroso.

14. No que diz respeito a contrato de gestão, assinale a opção que completa corretamente a lacuna do texto abaixo.

“Para os efeitos desta Lei, entende-se por contrato de gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como _____, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.”

- A) organização da sociedade civil de interesse público
- B) organização social
- C) consórcio público
- D) convênio

15. Considera-se empresa pública

- A) a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta.
- B) a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criada por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.
- C) a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.
- D) o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

16. No que diz respeito à desapropriação, assinale a opção que completa corretamente a lacuna da seguinte frase: “A desapropriação por _____ será decretada para promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem estar social, na forma do art. 147 da Constituição Federal”.

- A) necessidade pública
- B) utilidade pública
- C) interesse social
- D) necessidade social

17. Segundo as normas que regem o processo administrativo, é correto afirmar que pode ser objeto de delegação

- A) o exercício do poder hierárquico.
- B) a edição de atos de caráter normativo.
- C) a decisão de recursos administrativos.
- D) a matéria de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

18. Quanto à impugnação do procedimento licitatório, assinale a opção verdadeira.

- A) A impugnação feita tempestivamente pelo licitante o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- B) Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- C) Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da lei específica, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 2 (dois) dias úteis.
- D) Somente são admissíveis impugnações ao procedimento licitatório após a abertura dos envelopes com as propostas.

19. É exemplo de ato de improbidade que importa em enriquecimento ilícito

- A) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao do mercado.
- B) liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.
- C) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.
- D) realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.

20. Nos atos de improbidade que atentam contra os princípios da administração pública, independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:

- A) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.
- B) ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.
- C) ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.
- D) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de dez a doze anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de doze anos.

21. Quanto aos direitos fundamentais e sua classificação em dimensões, o direito à propriedade privada e o direito a meio ambiente equilibrado enquadram-se, respectivamente, na seguinte classificação:

- A) segunda e primeira dimensões.
- B) primeira e terceira dimensões.
- C) primeira e segunda dimensões.
- D) segunda e terceira dimensões.

22. Segundo a Constituição Federal – CF/88 –,

- A) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, sem exceções.
- B) é violável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, sempre que a segurança nacional o exigir.
- C) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação ou instrução processual, de qualquer natureza.
- D) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

23. Quanto à regulamentação das associações no texto constitucional, é correto afirmar que

- A) as associações poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial ou administrativa.
- B) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- C) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, independentemente, em qualquer caso, do trânsito em julgado.
- D) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no segundo caso, o trânsito em julgado.

24. Assinale a opção que completa corretamente a lacuna da seguinte frase: “Conceder-se-á _____ para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público”.

- A) mandado de segurança
- B) habeas corpus
- C) habeas data
- D) mandado de injunção

25. Assinale a opção que corresponde a um direito previsto no art. 7º da CF/88 que **NÃO** é assegurado à categoria dos trabalhadores domésticos.

- A) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- B) Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- C) Jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- D) Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.

26. São brasileiros naturalizados

- A) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por cinco anos ininterruptos.
- B) os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos, independentemente de condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- C) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por cinco anos ininterruptos e idoneidade moral.
- D) os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

27. Considerando o sistema de freios e contrapesos que regula a harmonia entre os Poderes estatais, no que diz respeito às atribuições do Poder Legislativo, é correto afirmar que esse Poder

- A) é responsável apenas pela atividade legiferante.
- B) além de suas funções típicas, possui atribuições atípicas relacionadas às funções típicas dos demais Poderes.
- C) de forma atípica, somente tem atribuições relacionadas ao Poder Executivo, contudo nenhuma correlata à atividade do Poder Judiciário.
- D) atua, de forma atípica, através da atividade legiferante.

28. Com base no texto constitucional, é correto afirmar que compete privativamente ao Presidente da República

- A) decretar e executar a intervenção federal.
- B) dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, ainda que implique aumento de despesa ou extinção de órgãos públicos.
- C) dispor, mediante decreto, sobre extinção de funções ou cargos públicos, ainda que ocupados.
- D) iniciar o processo legislativo, em qualquer caso.

29. Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base no seguinte objetivo:

- A) irredutibilidade do valor dos serviços.
- B) homogeneidade da base de financiamento.
- C) equidade na forma de participação no custeio.
- D) caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, e do Governo nos órgãos colegiados.

30. Com fundamento na disciplina constitucional da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso, assinale a afirmação verdadeira.

- A) São penalmente imputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.
- B) Aos maiores de sessenta anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.
- C) Não se entende como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.
- D) Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

31. Os bens móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade são classificados como bens

- A) fungíveis.
- B) consumíveis.
- C) divisíveis.
- D) singulares.

32. Quanto às regras constantes da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, assinale a opção verdadeira.

- A) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país sessenta dias depois de oficialmente publicada.
- B) As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
- C) Nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia dois meses depois de oficialmente publicada.
- D) Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada à correção, o prazo de vigência começará a correr da primeira publicação.

33. Assinale a opção que completa corretamente as lacunas do seguinte dispositivo legal: "Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com _____¹, _____² e _____³".

- A) coisa julgada¹, direito adquirido², ato jurídico perfeito³
- B) analogia¹, coisa julgada², princípios gerais de direito³
- C) direito adquirido¹, costumes², ato jurídico perfeito³
- D) analogia¹, costumes², princípios gerais de direito³

34. A validade do negócio jurídico requer, dentre outros,

- A) objeto lícito e forma defesa em lei.
- B) agente capaz e forma defesa em lei.
- C) objeto determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.
- D) agente capaz e objeto indeterminado ou indeterminável.

35. No que tange à temática da prescrição, corre a prescrição

- A) entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- B) entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, após o fim da tutela ou curatela.
- C) pendendo ação de evicção.
- D) entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.

36. Quanto aos defeitos do negócio jurídico, assinale a opção que completa corretamente a lacuna do seguinte dispositivo legal: "Configura-se _____ quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa".

- A) estado de perigo
- B) lesão
- C) fraude contra credores
- D) coação

37. Segundo o Código Civil, o crédito que tem a posição mais privilegiada entre os créditos de privilégio geral em relação aos bens do devedor é

- A) o crédito por despesas com o luto do cônjuge sobrevivente e dos filhos do devedor falecido, se foram moderadas.
- B) o crédito por despesas com a doença de que faleceu o devedor, no semestre anterior à sua morte.
- C) o crédito pelos impostos devidos à Fazenda Pública, no ano corrente e no anterior.
- D) o crédito pelos salários dos empregados do serviço doméstico do devedor, nos seus derradeiros seis meses de vida.

38. Quanto aos efeitos da posse, é correto afirmar que

- A) o possuidor de má-fé não responde pela perda ou deterioração da coisa a que não der causa.
- B) o possuidor de boa-fé responde pela perda, ou deterioração da coisa, ainda que acidentais, salvo se provar que de igual modo se teriam dado, estando ela na posse do reivindicante.
- C) ao possuidor de boa-fé serão ressarcidas somente as benfeitorias necessárias; não lhe assiste o direito de retenção pela importância destas, nem o de levantar as voluptuárias.
- D) o possuidor de má-fé responde por todos os frutos colhidos e percebidos, bem como pelos que, por culpa sua, deixou de perceber, desde o momento em que se constituiu de má-fé; tem direito às despesas da produção e custeio.

39. Atente ao seguinte dispositivo legal: "Os acréscimos formados, sucessiva e imperceptivelmente, por depósitos e aterros naturais ao longo das margens das correntes, ou pelo desvio das águas destas, pertencem aos donos dos terrenos marginais, sem indenização".

O instituto jurídico referido nesse dispositivo legal é denominado acesso por

- A) avulsão.
- B) abandono de alveo.
- C) abandono de avulsão.
- D) aluvião.

40. Assinale a opção que completa corretamente a lacuna da seguinte frase: "Somente pessoas físicas podem tomar parte na _____, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais".

- A) sociedade limitada
- B) sociedade em nome coletivo
- C) sociedade em comandita simples
- D) empresa individual

41. Assinale a opção que completa corretamente a lacuna do seguinte enunciado: "A _____ cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado".

- A) taxa
- B) contribuição social
- C) contribuição de melhoria
- D) contribuição previdenciária

42. Compete à União instituir impostos sobre

- A) propriedade territorial rural.
- B) transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos.
- C) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
- D) transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acesso física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

43. Quanto aos princípios gerais do Sistema Tributário Nacional, é correto afirmar que

- A) sempre que possível, os impostos terão caráter real e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
- B) competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais.
- C) os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir taxa, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública.
- D) as taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos.

44. No que diz respeito a tributo, assinale a opção que completa corretamente as lacunas da seguinte definição: "Tributo é toda prestação pecuniária _____¹, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que _____² de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa _____³".

- A) compulsória¹, não constitui sanção², plenamente vinculada³.
- B) facultativa¹, não constitui sanção², parcialmente discricionária³.
- C) compulsória¹, constitui ou não sanção², parcialmente vinculada³.
- D) facultativa¹, constitui ou não sanção², plenamente vinculada³.

45. São exemplos de tributos que se submetem somente à anterioridade mitigada, nonagesimal ou noventaena:

- A) imposto de importação e imposto de exportação.
- B) imposto sobre produtos industrializados e contribuição para a seguridade social.
- C) imposto de renda e imposto extraordinário.
- D) empréstimo compulsório e imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

46. Quanto à edição de medidas provisórias em matéria tributária, assinale a opção verdadeira.

- A) Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos — exceto nos casos dos impostos de importação, exportação, produtos industrializados e operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, bem como impostos extraordinários — produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte, ainda que não tenha sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.
- B) Somente medida provisória que implique instituição de impostos — exceto nos casos dos impostos de importação, exportação, produtos industrializados e operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, bem como impostos extraordinários — produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.
- C) Somente medida provisória que implique majoração de impostos — exceto nos casos dos impostos de importação, exportação, produtos industrializados e operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, bem como impostos extraordinários — produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte, ainda que não tenha sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.
- D) Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos — exceto nos casos dos impostos de importação, exportação, produtos industrializados e operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, bem como impostos extraordinários — só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.

47. No que concerne à obrigação tributária, assinale a afirmação verdadeira.

- A) A obrigação acessória surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- B) A obrigação principal, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação acessória relativamente à penalidade pecuniária.
- C) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- D) A obrigação tributária sempre é principal e acessória, simultaneamente.

48. Extingue(m) o crédito tributário:

- A) a moratória.
- B) o depósito do seu montante integral.
- C) o parcelamento.
- D) o pagamento antecipado e a homologação do lançamento.

49. No que se refere à repartição das receitas tributárias, conforme o texto constitucional, pertence(m) aos Municípios

- A) quarenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III.
- B) sessenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
- C) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- D) vinte por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

50. Assinale a opção que completa corretamente a lacuna da seguinte frase: "A _____, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração".

- A) isenção
- B) anistia
- C) decadência
- D) moratória